

representa.coop



# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRI Nº 21 – ano 2026  
25 a 29 de maio de 2026





## SUMÁRIO

- Aprovada a PEC da redução da jornada de trabalho na Câmara;
- Destaques da agenda do Congresso;
- Destaques de audiências públicas da semana;
- Destaque de normativos.

## APROVADA A PEC DA JORNADA DE TRABALHO NA CÂMARA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos de votação, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que promove mudanças nas regras relacionadas à jornada de trabalho no país. A proposta representa uma das discussões mais relevantes no âmbito das relações trabalhistas nos últimos anos e segue agora para análise do Senado Federal. Durante a tramitação, o tema mobilizou debates entre representantes do setor produtivo, entidades sindicais e parlamentares.

O texto aprovado estabelece o fim da escala de trabalho 6x1, modelo em que o trabalhador exerce suas atividades durante seis dias consecutivos com apenas um dia de descanso, e prevê uma redução gradual da jornada semanal de trabalho em quatro horas. Conforme a proposta, duas horas deverão ser reduzidas no prazo de até 60 dias após a promulgação da Emenda Constitucional, enquanto as duas horas restantes deverão ser implementadas no período de até um ano.

Entidades do setor produtivo defendem que o debate avance de maneira técnica e responsável, considerando as particularidades das diferentes atividades econômicas, os custos operacionais envolvidos e os possíveis efeitos sobre competitividade, produtividade, geração de empregos e sustentabilidade financeira das empresas.

A OCEPAR junto com a OCB, continuará acompanhando a tramitação da matéria no Senado Federal, reforçando a importância da construção de soluções equilibradas e do diálogo entre governo, parlamento e setor produtivo.

Plenário da Câmara durante a discussão da proposta:



Imagem: Agência da Câmara.

## DESTAQUES DA AGENDA DO CONGRESSO

### Câmara aprova PL da modernização do Seguro Rural:

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o **Projeto de Lei 2951/2024**, que **moderniza o seguro rural** e aprimora os mecanismos de gestão de riscos no campo. A proposta, que integra a Agenda Institucional do Cooperativismo, atualiza dispositivos da Política Agrícola, da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e do Fundo de Catástrofe, fortalecendo os instrumentos de proteção aos produtores rurais. Entre os principais pontos do texto estão a obrigatoriedade das despesas com a subvenção ao PSR e o avanço na operacionalização do Fundo de Catástrofe, considerado estratégico para ampliar a segurança e a previsibilidade da produção agropecuária. Destaque para a atuação da senadora Tereza Cristina (MS) e do deputado Pedro Lupion (PR), membros da Frencoop, na condução da proposta.



### Implementação da Reforma Tributária em debate:

Foi protocolado na Câmara dos Deputados o **Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 474/2026**, de autoria do deputado José Medeiros (PL-MT), com o objetivo de **sustar os efeitos da implementação do "split payment"** previsto na regulamentação da Reforma Tributária. O texto destaca preocupações relacionadas aos possíveis impactos sobre fluxo de caixa, capital de giro e custos operacionais das empresas e cooperativas. A proposta, em **estágio inicial de tramitação**, aguarda despacho para análise nas comissões da Câmara dos Deputados. A OCEPAR junto ao Sistema OCB acompanha a discussão e **reforça a importância da realização de estudos técnicos sobre os impactos do modelo**.



### CAE do Senado aprova o parecer do PL 5122/2023:

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal **aprovou o parecer PL 5122/2023**, que cria uma linha especial de financiamento para renegociação de dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos extremos e outras adversidades econômicas. A proposta foi aprovada nos termos do parecer do senador Renan Calheiros (MDB-AL), com emendas, e prevê a utilização de recursos do Fundo Social e de outros fundos supervisionados pelo Ministério da Fazenda. Apesar da aprovação em regime de urgência, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que a matéria não será apreciada pelo Plenário nesta semana, com o objetivo de permitir a continuidade das negociações entre o Governo Federal e os senadores.



# DESTAQUES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

## SEFA participa de prestação de contas na ALEP

A Secretaria da Fazenda do Paraná apresentou, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), os **dados fiscais e financeiros referentes ao primeiro quadrimestre de 2026**. Segundo o balanço, o Estado registrou receita total de R\$ 26,9 bilhões no período, enquanto as despesas alcançaram R\$ 30,3 bilhões, impulsionadas principalmente pelo crescimento dos investimentos públicos, que atingiram R\$ 3,8 bilhões, o maior volume para o período nos últimos 26 anos. Durante a prestação de contas, o secretário da Fazenda, Norberto Ortigara, **destacou o controle das despesas correntes e a priorização dos investimentos**, mesmo diante de um cenário econômico marcado por juros elevados, restrição de crédito e desaceleração do consumo. O relatório também apontou aplicação acima dos mínimos constitucionais nas áreas de saúde e educação.

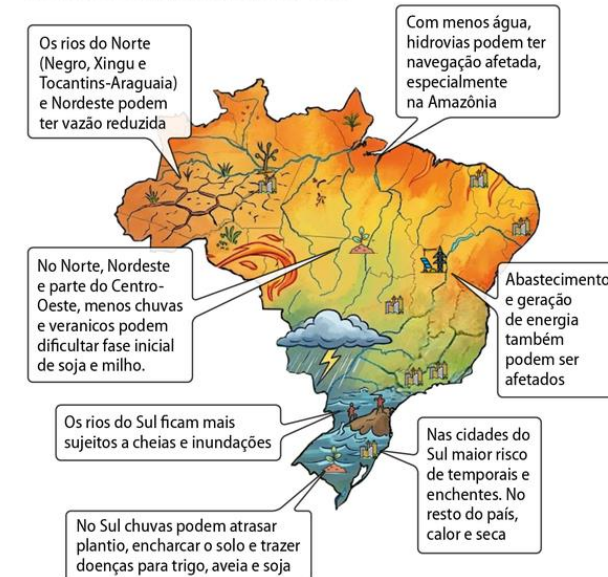


## SENADO discute o impacto do El Niño na agricultura

O possível **impacto do fenômeno climático El Niño sobre a economia e a produção agropecuária brasileira** foi tema de debate nesta semana no Senado Federal. Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), especialistas alertaram para os riscos de aumento das temperaturas, alterações no regime de chuvas e ocorrência de eventos climáticos extremos nos próximos anos, **com impactos relevantes sobre a agricultura, a segurança alimentar e a infraestrutura**. Durante o debate, pesquisadores destacaram que entre 80% e 90% dos impactos econômicos relacionados aos eventos climáticos extremos recaem sobre a agropecuária, devido à elevada exposição do setor às condições climáticas. Também foram citados prejuízos registrados nas últimas safras em razão de secas, atrasos no período de chuvas, enchentes e perdas bilionárias no campo. Os especialistas defenderam o fortalecimento das políticas de gestão de riscos, **prevenção e coordenação entre os órgãos públicos para reduzir vulnerabilidades** e ampliar a capacidade de resposta aos desastres climáticos.

## Impactos do El Niño no Brasil

Fenômeno no Pacífico trará mudanças climáticas severas no país já em 2026 e 2027



Fonte: Cemaden - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

## DESTAQUES DE NORMATIVOS DA SEMANA

### PODER EXECUTIVO

Ato	Data	Publicado	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
DECRETO Nº 13.791	25/05/2026	26/05/2026	Poder Executivo	CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR Governador do Estado/ JOÃO CARLOS ORTEGA Chefe da Casa Civil/ NORBERTO ANACLETO ORTIGARA Secretário de Estado da Fazenda	ICMS de Contratação Livre de Energia	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para atualizar os dispositivos referentes aos procedimentos de restituição do imposto e às obrigações acessórias relativas ao Ambiente de Contratação Livre de Energia Elétrica.	Poder Executivo	3-4	<a href="#">DECRETO Nº 13.791-EXECUTIVO.pdf</a>
DECRETO Nº 13.803	25/05/2026	26/05/2026	Poder Executivo	CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR Governador do Estado/ JOÃO CARLOS ORTEGA Chefe da Casa Civil/ NORBERTO ANACLETO ORTIGARA Secretário de Estado da Fazenda	Programa Regulariza Paraná	Altera o Decreto nº 13.429, de 23 de abril de 2026, que regulamenta a Lei nº 22.764, de 4 de novembro de 2025, no tocante aos créditos não tributários originados do Instituto Água e Terra, para estabelecer novos prazos de adesão ao Programa Regulariza Paraná.	Poder Executivo	6-7	<a href="#">DECRETO Nº 13.803-EXECUTIVO.pdf</a>

### ADAPAR E IAT

Ato	Data	Publicado	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
PORTARIA CONJUNTA ADAPAR/IAT Nº 01 DE 19, DE MAIO DE 2026	22/05/2026	25/05/2026	ADAPAR e IAT	JOSÉ VOLNEI BISOGNIN Diretor-Presidente IAT/ RENATO REZENDE YOUNG BLOOD Diretor-Presidente em exercício (Portaria nº 159/2026) ADAPAR	Dispensa Ambiental	Dispõe sobre a dispensa de autorização ambiental para queima de resíduos gerados da erradicação de plantas em virtude de Emergência Fitossanitária	SEAB	35	<a href="#">PORTARIA CONJUNTA ADAPAR-IAT Nº 01.pdf</a>

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Diário Oficial.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

